

# APRESENTAÇÃO

As reflexões em torno do ensino de História (também) vêm de longa data. No caso do Brasil, desde o início do século passado, diversos trabalhos têm se caracterizado por propor reflexões em torno dos objetivos, finalidades e métodos de ensino. Esses estudos caracterizaram-se de forma predominante pela proposição de metodologias de ensino mais eficazes, visando superar o chamado ensino tradicional, e por definir objetivos e finalidades direcionadas à função do conhecimento na formação da personalidade e do comportamento cívico dos educandos.

Uma característica predominante no longo processo de consolidação desse Código Disciplinar tratou-se da cristalização dos conteúdos em torno de uma visão predominante da história como uma grande narrativa, no chamado modelo quadripartite – história antiga, medieval, moderna e contemporânea – que privilegia uma abordagem político-econômica, com centralidade na concepção de herança judaico-cristã como raiz do “mundo ocidental”, que depois se subdivide em diversas histórias nacionais particulares.

Outra característica relevante é a centralidade que tiveram, e ainda têm, as discussões influenciadas por teorias advindas dos campos da psicologia e da pedagogia para refletir sobre o ensino e a aprendizagem da História. Nesta perspectiva, quando se trata de discutir o ensino, o foco se estabelece na busca por estratégias de ensino que facilitem a aprendizagem. E quando a discussão é a aprendizagem, há uma ênfase em concepções cognitivistas, que abordam o problema do aprender em concepções predominantemente psicológicas, distanciando-se dos aspectos relacionados à epistemologia do conhecimento histórico, que influenciam no processo de aprendizagem (URBAN, 2009).

Em contraponto a essas abordagens historicamente hegemônicas, os estudos da Didática da História tem se difundido no Brasil a partir de proposições inovadoras. Essas reflexões surgiram na Alemanha nos anos 1970, e alargaram as preocupações com a história produzida nas universidades e a história ensinada nas escolas, tomando como objeto de investigação e reflexão as formas como o pensamento histórico era partilhado pela sociedade e quais efeitos sociais e culturais produzia.

Klaus Bergmann (1989) postulou os fundamentos básicos da Didática da História, definindo três tarefas para essa área do conhecimento. Uma tarefa empírica, que teria como fundamento a investigação dos processos de internalização, reprodução, produção e divulgação do conhecimento histórico, entendidos como processos coletivos da formação da consciência histórica, conduzidos por sujeitos que agem em contextos e experiências específicos. A tarefa é reflexiva, que revelaria elementos didáticos internos à ciência histórica

e analisaria seu significado geral para a vida humana prática, a partir da explicitação de processos de ensino/aprendizagem e formação e autoformação dos indivíduos, grupos e sociedades a pela História e a partir dela. E a tarefa normativa, que ressalta a regulamentação da História nos processos de ensino, nos contextos de orientação da vida prática e nas apropriações que são feitas dessa ciência pelos meios de comunicação de massa.

Esse enquadramento proposto por Bergmann sugere o caráter dessa concepção de Didática da História, que entende o conhecimento histórico como vinculado a um conjunto de processos de formação cultural dos indivíduos, de representações da memória e de lutas político-sociais. Sendo que as três tarefas definidas se articulam aos objetivos de investigação e reflexão, especialmente sobre a natureza especificamente histórica do pensamento e da explicação histórica, bem como de normatização das formas de transmissão e publicização do conhecimento histórico.

Seguindo essa mesma vertente, Jörn Rüsen (2012) define a Didática da História como ciência da aprendizagem histórica. A partir dessa definição, busca fundamentar a superação daquelas visões tradicionais, que concebiam a Didática da História como área voltada à formação de professores, a partir da transmissão de técnicas e métodos de ensino. Nesse enfoque, passa a ser central o papel da teoria da consciência histórica. Há uma preocupação em envolver sujeitos aprendizes no processo de investigação e reflexão sobre a aprendizagem histórica. A expansão para a análise global de todas as formas e funções da consciência histórica leva, portanto, a Didática da História a ser compreendida como autônoma, uma subdisciplina da ciência da História.

Para esclarecer melhor essa noção abrangente da Didática da História como uma subdisciplina no campo da ciência histórica, Rüsen retoma e reestrutura a definição das três funções atribuídas a essa área do conhecimento, estabelecendo que as três tarefas seriam a empírica, a normativa e a pragmática. Essa reorganização se dá no sentido de desenvolver uma compreensão global das formas e funções do conhecimento histórico na formação dos indivíduos, bem como estabelecer parâmetros científicos, metodológicos e normativos para o encaminhamento dos estudos sobre ensino e aprendizagem da História.

Dentre as tarefas a serem cumpridas no campo empírico, Rüsen (2012) define: examinar processos reais pelos quais se manifestam as diferentes condições da aprendizagem histórica; analisar suas formas e resultados, bem como seu papel no processo de individualização humana; perseguir o objetivo da aprendizagem histórica e descrever sua diversidade concreta; identificar seus fatores e esclarecer sua relação sistemática.

As funções normativa e pragmática são complementares, e se referem ao aspecto ativo da Didática da História como campo de conhecimento definidor de parâmetros, critérios, métodos e diretrizes para a aprendizagem histórica. Normativamente, Rüsen considera que a Didática da História deveria: levantar a questão do que deve ser a aprendizagem histórica;

investigar pontos de vista nos quais a aprendizagem histórica deve influenciar, planejar, moldar, dirigir e controlar; e justificar tais pontos de vista como condições consensuais dos objetivos de ensino e da aprendizagem histórica.

No campo pragmático, a função da Didática da História se relacionaria a definições no campo da prática docente, como por exemplo: definir como a aprendizagem histórica pode ser organizada de acordo com planos e metas pré-determinadas; examinar estratégias do aprendizado histórico; analisar a prática em sala de aula, a experiência do professor e as regras e práticas. Enfim, trata-se de uma dimensão em que tal campo do conhecimento tomaria por tarefa analisar e refletir sobre a prática direta com o ensino da História.

Entendendo assim a Didática da História como ciência da aprendizagem histórica, que se fundamenta nos pressupostos da teoria da consciência histórica, Rüsen define também quatro temas: primeiramente a metodologia do ensino na sala de aula, especialmente em razão da necessidade de superação do distanciamento entre ensino e alunos; em segundo lugar, a investigação da função do acontecimento e da explicação histórica na vida pública, no qual se inserem todas as formas de representação da experiência histórica; o terceiro tema seria o estabelecimento da finalidade do ensino de história, ou do que se espera que o conhecimento histórico mobilize nos estudantes; e por fim, o quarto tema seria investigação da natureza, da função e da importância da consciência histórica, a partir da qual entende-se que há conexões temporais essenciais num conjunto de operações mentais que definem o pensamento histórico e sua função na cultura humana.

Tomando como base essas contribuições, pensar e investigar o ensino de História hoje deixa então de ser uma questão de estratégia pedagógica, pois a escola é entendida como um espaço de difusão do pensamento histórico, o que se torna também objeto de pesquisa. Já a aprendizagem histórica deixa de ser pensada como processo cognitivo subjetivo, e surge um conjunto de investigações e proposições teóricas que visam identificar as interfaces entre a aprendizagem histórica e a forma como o pensamento histórico circula culturalmente.

Na mesma época em que surgiram os estudos da Didática da História na Alemanha, estudiosos ingleses também questionaram as formas hegemônicas de abordagem da aprendizagem histórica. Os estudos desenvolvidos por esses investigadores, conhecidos como Educação Histórica, que se difundiram posteriormente por países como EUA, Canadá, Espanha e Portugal, e mais recentemente no Brasil, se caracterizaram por problematizar as concepções de aprendizagem histórica fundamentadas conceitualmente na psicologia da aprendizagem, e encontraram nas discussões epistemológicas sobre o conhecimento histórico interfaces para desenvolver estudos sobre a aprendizagem histórica de crianças e jovens.

As duas vertentes, a Didática da História e Educação Histórica, chegaram ao Brasil e à América Latina nas décadas de 1990-2000, e têm contribuído de forma muito intensa para alargar as reflexões sobre o ensino de História. Esse alargamento se caracteriza tanto pela inovação teórica, que permite questionar o ensino como um processo consolidado de transmissão de conteúdos históricos, e a aprendizagem como processo individual de assimilação de informações históricas. E, do ponto de vista metodológico, têm permitido estruturar investigações que utilizam variadas abordagens, apresentando problemáticas e instrumentos diversificados de pesquisa, trazendo contribuições relevantes para se pensar a importância da história na sociedade, bem como do ensino de história na construção das identidades e do pensamento histórico dos sujeitos.

Nesse sentido, a denominação tradicional Ensino de História, já não pode ser pensada como categoria isolada. Uma vez que os estudos sobre conceitos, conteúdos e métodos do ensino de história, em ambientes escolares, não pode mais fugir ao debate sobre os impactos sociais do conhecimento histórico mobilizado na aprendizagem, nem deixar de contemplar as discussões da Didática da História, que objetivam alargar as reflexões e repensar o ensino em uma relação dialógica entre os sujeitos que mobilizam o conhecimento histórico nas interações sociais.

Devido à maior abrangência e possibilidade de aglutinação de diferentes formas e tendências de investigação, optou-se por denominar esse Dossiê “Didática da História e Ensino de História”, visando agregar contribuições renovadas nas pesquisas sobre ensino e aprendizagem histórica, sem menosprezar ou segregar quaisquer estudos que se preocupem com as formas pelas quais a história é ensinada, aprendida, difundida e partilhada, tanto em espaços de escolarização quanto na sociedade em geral.

Vale ressaltar que se trata de um campo de investigações amplo e com uma significativa profusão de trabalhos empíricos e teóricos publicados na última década, revelando uma inclinação a essas discussões e uma acentuada preocupação com a história escolar e com a cultura histórica. Como exemplo dessa relevância do tema, podemos destacar os diversos dossiês temáticos publicados nos últimos anos em revistas de circulação nacional: Educação Histórica, Teoria da História e Historiografia, nesta mesma Revista Antíteses em 2012; Didática da História, na Revista Teoria da História – UFG, em 2014; A Educação Histórica como campo investigativo, na Revista Diálogos – UEM, em 2015; Consciência Histórica, Ensino de História e Fronteira, na Revista Fronteiras – UFGD, em 2015; Ensino de História e Consciência Histórica, Revista História Hoje – ANPUH, 2015; Aprendizagem histórica: pesquisa, teoria e prática, na Educar em Revista – UFPR, em 2016.

Visando contribuir com essa literatura, o presente dossiê foi organizado a partir da colaboração de investigadores vinculados a distintas universidades e centros de estudos, em nível internacional, destacando-se contribuições de colegas do México e do Chile, bem como de universidades de diferentes estados brasileiros, como Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Rio

Grande do Sul. O objetivo da proposta é difundir pesquisas que se preocupam com o ensino e a aprendizagem da história, bem como com a formação docente em história e com os impactos da difusão do conhecimento histórico nos âmbitos social, cultural e político.

Além da difusão espacial alargada desses estudos, destaca-se também um rejuvenescimento do campo, caracterizado pela adesão de jovens pesquisadores que abordam de forma original e complexa os problemas colocados por pesquisadores já consolidados. Outra característica relevante no dossiê é também o esforço de aproximação entre diferentes leituras dos referenciais teóricos das pesquisas em Ensino de História, Educação Histórica e Didática da História, refletindo o período de transição que vivenciamos e a possibilidade de diferentes leituras quanto a conceitos fundantes, como consciência histórica, aprendizagem histórica, saber histórico e ciência histórica.

Optamos por dividir o dossiê em duas partes, cumprindo distintas tarefas da Didática da História: A primeira parte é composta por cinco artigos, que apresentam estudos vinculados à tarefa empírica da Didática da História, pois trazem estudos empíricos, de caráter qualitativo, preocupados com a análise das ideias históricas de sujeitos em processo de escolarização, professores e alunos, e as problemáticas identificadas que dizem respeito à condução das diretrizes e fundamentos da Didática da História num âmbito geral. Já a segunda parte do Dossiê é composta por seis artigos, que trazem estudos dedicados a tarefa normativo-pragmática na Didática da História, focando a pesquisa em documentos e práticas que visam regular e definir conceitos, normas e procedimentos de difusão do conhecimento histórico, estabelecimento de diretrizes de ação e interpretação do conhecimento histórico partilhado socialmente e formação dos profissionais do ensino de história.

Assim, na primeira parte do Dossiê, o artigo do pesquisador Éder Cristiano de Souza, docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, relata uma pesquisa sobre as ideias históricas de professores da educação básica e estudantes de licenciatura em História, brasileiros e paraguaios, a partir dos conceitos de objetividade e multiperspectividade.

A pesquisa evidencia como a cultura histórica influencia nas interpretações históricas, e faz isso a partir de uma experiência investigativa sobre como os sujeitos da pesquisa interpretam documentos relativos à história da Guerra da Tríplice Aliança, o que lhe permite evidenciar diferenças qualitativas importantes nas interpretações de brasileiros e paraguaios. Os dados do estudo empírico permitem propor reflexões sobre a questão de se levar em conta que a aprendizagem dos conceitos de segunda ordem, ou conceitos epistemológicos, não pode ser isolada da relação afetiva e identitária que se estabelece com determinados conceitos históricos no âmbito da cultura histórica nacional.

O artigo da pesquisadora chilena Gabriela Alejandra Vasquez Leyton, da Universidad Católica de Valparaíso, aborda as noções dos estudantes chilenos de nível médio a respeito do

conceito de Ditadura. Para isso, apresenta um estudo empírico com 616 jovens de Ensino Médio chileno, sobre os conceitos de Ditadura que formulam e sobre as implicações dessas concepções para seu comportamento como cidadãos. O estudo permite observar como os jovens desenvolvem variadas concepções sobre temas relevantes como concentração de poder, ditadura, liberdades individuais, direitos humanos, entre outros. Constata a predominância da liberdade de expressão e do direito ao voto como valores presentes entre os jovens, e apresenta o desafio de ensinar história a partir da temática da Ditadura, visando fomentar atitudes que permitam valorizar processo e instituições democráticas, a partir de estratégias de aprendizagem que favoreçam a participação, o respeito e a tolerância.

O artigo de Geysy Dongley Germinari, docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, apresenta um estudo com jovens estudantes do Ensino Médio de uma escola técnica em Irati-PR. O pesquisador estabelece um debate sobre diferentes concepções de história e suas implicações epistemológicas e educacionais, o que lhe dá subsídios para analisar os dados do estudo empírico realizado, onde constata que a ideais dos jovens priorizam a compreensão da História como a totalidade das ações humanas no tempo e no espaço.

O artigo das pesquisadoras Glória Solé, docente da Universidade do Minho, Portugal, e Nayra Llonch, docente da Universitat de Lleida, Espanha, mostram a potencialidade do uso de objetos do patrimônio familiar para a explicação histórica, levando em conta que estes vestígios do passado são importantes para a história pessoal. Para isso, as autoras partem de dois estudos de caso interdependentes realizados de 2013 a 2016: um, envolvendo alunos do curso de formação de professores em educação primária com a finalidade de refletir sobre metodologias didático-pedagógicas para a aprendizagem histórica e outro, a estratégia de se criar o museu na escola. Neste último, as autoras tomam como inspiração o projeto Recriando Histórias coordenado pelas professoras Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Garcia Braga da Universidade Federal do Paraná. O estudo realizado engloba futuros professores e alunos da escola primária, integrando pesquisa, extensão e ensino, e ainda, explorando diversas metodologias, como observação participante, relatos autobiográficos e questionários.

Fechando essa primeira parte do Dossiê, os pesquisadores Marcia Elisa Teté Ramos, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, e Ronaldo Cardoso Alves, da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Câmpus Assis, contrastam as representações 89 graduandos do curso de História da UEL com as representações de 424 alunos do Ensino Médio da escola pública. Partindo de elementos próximos ao estudo etnográfico, com depoimentos colhidos de 2011 a 2014, os autores demonstram como os jovens universitários pensam os jovens secundaristas. Contextualizando estes dois grupos de jovens, suas ideias históricas, seus códigos culturais e horizonte de expectativas, os autores procuram refletir sobre aspectos da orientação temporal e formação identitária. O artigo indica uma necessária desconstrução de estereótipos construídos em relação ao jovem aluno do Ensino Médio. Desconstrução esta que implica

pensar historicamente o aluno da educação básica, algo que deveria ser proposto nos cursos de formação de professores.

A segunda parte do Dossiê se inicia com o artigo dos investigadores mexicanos Gerardo Daniel Mora Hernández e Rosa Ortiz Paz, da Escuela Normal Superior de México, que apresenta a experiência de organização da formação docente nessa instituição, resgatando problemáticas, percursos e contribuições teóricas para a definição do que chamam de um “Modelo de Educação Histórica” para a formação de professores. Explicitam então como desenvolvem uma formação docente em história com a preocupação em ressaltar as contribuições de uma didática específica da história, que leve em consideração distintos paradigmas formativos e que se preste a desenvolver distintas habilidades docentes, fugindo ao modelo recorrente de formação de professores, que separa os conteúdos históricos específicos dos conteúdos pedagógicos. Conclui afirmando que o modelo de Educação Histórica já permitiu o desenvolvimento de habilidades docentes de mais de uma centena de estudantes normalistas no contexto do ensino secundário público no Distrito Federal mexicano.

Na sequência, o artigo de Maria Aparecida Leopoldino, docente da Universidade Estadual de Maringá – PR, discute a possibilidade de estabelecimento de uma didática específica da História, que supere o modelo da narrativa eurocêntrica e identitária, e que leve em consideração as contribuições da epistemologia da história, especialmente na perspectiva da história problema, em consonância com um olhar sobre a cultura histórica e necessidade de constituição de uma pragmática da didática da história voltada para a orientação da vida prática. Pretende assim que o ensino de história utilize como prática pedagógica a operação historiográfica e problematize a memória social, possibilitando uma leitura temporal dos problemas sociais, vinculando passado e presente. Concluindo que “a Didática deve participar do debate sobre o campo epistemológico da história, sobre questões relativas à memória, sobre os usos do passado e a cultura histórica, contribuir, enfim, com a normatização da operação historiográfica escolar”.

Já o artigo “O legado da aprendizagem histórica: refazendo percursos de leituras” trata-se de um trabalho em conjunto do pesquisador Renilson Rosa Ribeiro, da Universidade Federal de Mato Grosso, com Halferd Carlos Ribeiro Júnior e Mairon Escorsi Valério, da Universidade Federal da Fronteira Sul, que discutem as formas predominantes de pesquisa sobre ensino e aprendizagem histórica no Brasil nas últimas décadas, identificando a inserção dos debates da Educação Histórica e da Didática da História no Brasil. Apresenta também um resgate dos primeiros estudos em Didática da História no Brasil, ressaltando que a problemática de se vincular a discussão sobre ensino e aprendizagem histórica aos fundamentos epistemológicos do conhecimento histórico já se fazia presente no Brasil na década de 1950.

O artigo “Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o processo de constituição de uma didática da história para os anos iniciais” de Tiago Costa Sanches, docente da UNILA, em Foz do Iguaçu-PR, toma os PCNs como documentos privilegiados de estudos em Didática da História, tratando-os como textos visíveis que revelam características de um código disciplinar em história. Com enfoque no documento voltado aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, destaca a prevalência de conceitos e abordagens vinculados a uma epistemologia educacional influenciada por teorias advindas do campo da psicologia e da pedagogia, e ressalta a importância do avanço no sentido de construir um código disciplinar mais próximo a uma epistemologia do conhecimento histórico.

O artigo “História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina” de Juliana Pirola da Conceição Balestra, também docente da UNILA, em Foz do Iguaçu-PR, aborda a problemática do ensino de história sobre as Ditaduras de Segurança Nacional no Brasil e na Argentina, realizando um estudo comparativo que permite verificar como, no caso argentino, a inserção dessa questão no ensino tratou-se de um amplo projeto político, que fez com que essa questão se tornasse central no ensino de História naquele país nas últimas duas décadas. Enquanto no caso brasileiro, Juliana verifica uma determinada cultura do esquecimento, que leva a certa dificuldade de estabelecer na Didática da História a presença dessas discussões sobre as reais dimensões, os impactos e as heranças do último governo ditatorial vivenciado no país.

Fechando o Dossiê, o artigo “Manuais de Didática da História: contribuições para entender suas especificidades” de Osvaldo Rodrigues Júnior, docente da UFMT em Cuiabá -MT e Tânia Braga Garcia, Docente da UFPR, em Curitiba -PR, contribui para o estabelecimento de critérios de análise e investigação de manuais de formação de professores em história, estabelecendo parâmetros e categorias que auxiliam a entender a importância desses documentos como fontes de investigação da cultura escolar e das práticas, procedimentos e concepções de ensino e aprendizagem histórica.

Esperando contribuir qualitativamente com o avanço das investigações, concepções e práticas na Didática da História, concluímos essa apresentação convidando os leitores a uma imersão nas diversas problemáticas suscitadas nos últimos anos com relação ao Ensino de História e ao conhecimento histórico, com especial atenção à relevância desse debate no âmbito das políticas públicas e das lutas sociais vivenciadas atualmente.

Éder Cristiano de Souza

Marcia Elisa Teté Ramos



## REFERÊNCIAS

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29-42, set. 1989/fev. 1990.

RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W. A. Editores, 2012.